

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.074, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Campanha (UFCAMP).

Autor: SENADO FEDERAL.

Relator: Deputado MARCO MAIA.

I - RELATÓRIO

Aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei nº 6.074, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Campanha (UFCAMP), com sede no Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

A proposição, em sua versão original, pretendia autorizar o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha (URCAMP), mas a Comissão de Educação do Senado Federal apontou a impropriedade **da transformação de um estabelecimento de ensino privado em instituição universitária federal**, o que conduziu à adoção da alternativa de criação de uma nova universidade federal.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade com o art. 32, inciso XIII, alínea “p”, cabe agora a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da proposição.

Indiscutível é o papel que a educação possui no processo de desenvolvimento de uma Nação, com reflexos positivo em todos segmentos da vida em sociedade. O progresso tecnológico, o fortalecimento da economia, a ampliação das oportunidades de emprego e a formação de cidadãos mais preparados para a vida, tanto da perspectiva profissional como moral, encontram fundamentos na educação.

Dessa forma, todas as ações voltadas para proporcionar condições de acesso ao ensino devem merecer acolhida e aprovação por parte do Congresso Nacional.

Nesse sentido, a pretensão do Projeto de Lei nº 6.074, de 2005, que visa ampliar o acesso ao ensino universitário no Estado do Rio Grande do Sul, deve ser aprovada por esta Comissão.

Por fim, cabe registrar a possibilidade de vir a ser questionada a constitucionalidade da proposição examinada, pela Comissão competente, tendo em vista a previsão de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, na forma do art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal, para projetos que disponham sobre a criação de órgãos e entidades públicas.

Dessa forma, por todo o exposto, manifestamo-nos **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 6.074 de 2005, com respaldo no art. 129, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado MARCO MAIA
Relator